



COMUNICAÇÃO INTERNA

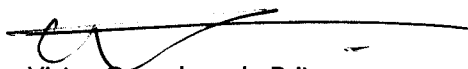
Para	De
Conselho de Admissão e Qualificação	Presidente do CCC
N.º 13/2011	Data: 7 de Novembro de 2011

ASSUNTO: Parecer sobre a proposta de alteração ao Regulamentos dos Estágios

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação

Nos termos do disposto no Estatuto e no Regulamento do CCC, mereceu parecer favorável, na reunião do passado dia 3 de Novembro, a proposta de alteração ao Regulamento mencionado em epígrafe, conforme documento anexo.

Com os melhores cumprimentos,


Victor Gonçalves de Brito
Presidente do CCC

VGB/gb

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS

Proposta de Alterações

Com parecer favorável emitido pelo CCC em 3 de Novembro de 2011

Formatada: Tipo de letra: 12
pt

Nota justificativa:

A alteração do presente Regulamento, decorre da alteração do Regulamento de Admissão e Qualificação aprovada em 2 e 9 de Julho de 2011.

Inclui o fim da diferenciação entre estágio formal e estágio curricular.

O novo articulado tem mais afinidade com o estágio curricular, por ser a modalidade que melhor se ajusta à adaptação profissional do recém-formado; contudo, atendendo ao panorama nacional das oportunidades de trabalho para Engenheiros, em particular em algumas Especialidades, as disposições regulamentares inseridas na proposta de alteração do Regulamento permitem a realização de estágios com as características dos actuais estágios formais, sempre que as justificações para tal sejam aceites pelos competentes Órgãos Regionais da OE.

A presente proposta inclui ainda a possibilidade de realização de estágios no estrangeiro.

Formatada: Tipo de letra:
Negrito

h

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS

Proposta de alteração de 20 de Outubro de 2011

Eliminado: Aprovado na Assembleia de Representantes de 16 de Março de 2002

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Artigo 1.º Membro Estagiário

1. Nos termos do Artigo 10.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros tem a categoria de membro estagiário o titular de grau académico de licenciatura, mestrado ou doutoramento, ou equivalente legal, em curso superior de Engenharia, conferido por instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, que para acesso a membro efectivo, efectua o estágio nas condições previstas neste Regulamento e demais normas definidas pelos órgãos da Ordem.
2. Têm acesso ao estágio todos os que reunindo as condições previstas no número anterior, tenham sido aprovados nas provas de admissão.

Eliminado: licenciatura,

Eliminado: a

Eliminado: sejam oriundos de um curso acreditado pela Ordem ou que obtenham a respectiva equivalência, os abrangidos por convenção ou protocolo celebrado com a Ordem e os que

Artigo 2.º Admissão

1. Compete ao Conselho Directivo Nacional (CDN) definir a documentação que deve ser apresentada pelos candidatos a membro estagiário, o modelo do respectivo cartão de identificação e o seu prazo de validade.
2. A documentação é recebida nos serviços das Regiões, Secções Regionais ou Delegações da Ordem.
3. No acto de entrega da documentação para admissão os candidatos a membro estagiário satisfazem as respectivas taxas, encargos e quotas estabelecidos pela Ordem.
4. Compete aos Conselhos Directivos das Regiões e das Secções Regionais (CDR) apreciar e decidir das admissões como membros estagiários.
5. Após aprovação os CDR mandam inscrever os candidatos como membros estagiários nos respectivos registos regionais e no registo nacional da Ordem.

Eliminado: Regionais

Artigo 3.º

Cartão de membro estagiário

Os membros estagiários têm direito ao uso de um cartão de identificação o qual é emitido pelos CDR e remetido aos respectivos titulares com a indicação da data da aprovação da admissão.

Artigo 4.º

Processo de membro estagiário

Os CDR mandam organizar um processo individual do membro estagiário o qual, além da documentação de inscrição, registará todos os trabalhos de estágio e as ocorrências relativas ao estágio, incluindo as de natureza disciplinar.

Artigo 5.º

Objectivo do estágio

O estágio tem por objectivo a iniciação profissional, implicando não só integração dos conhecimentos adquiridos na formação escolar e a experiência da sua aplicação prática, mas também a percepção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão em geral que caracterizam o exercício da profissão, de modo a que possam desempenhar a profissão por forma competente e responsável.

Eliminado: .

Artigo 6.º

Natureza do estágio

O Estágio profissional em engenharia pressupõe o exercício, sob tutela de um Engenheiro experiente, de uma ou mais das tipologias de actos que integram a caracterização profissional constante do artº 4º do Estatuto do O. E.

A actividade do estagiário deve centrar-se na adaptação a contextos que não podem ser adequadamente simulados em ambiente académico, nomeadamente em matéria de concorrência no mercado e de relacionamento com empregadores, clientes, colaboradores de profissões diversas, licenciadores e demais autoridades públicas.

Eliminado: Modalidades de

Formatada: Português (Portugal)

Formatada: Português (Portugal)

Formatada: Português (Portugal)

Formatada: Português (Portugal)

Eliminado: Existem duas modalidades de estágio: ¶
a) estágio formal; ¶
b) estágio curricular. ¶

CAPITULO II

Acções de formação

Artigo 7.º

Deontologia profissional

Os Órgãos Regionais da Ordem devem levar a efeito acções de formação sobre deontologia profissional, ficando os Engenheiros-Estagários vinculados à sua frequência.

Artigo 8.º

Outras acções de formação

6

Os Engenheiros-Estagiários devem também frequentar outras acções de formação que os Órgãos da Ordem considerem essenciais para o cumprimento do objectivo do estágio e consequente bom desempenho profissional quando convocados para o efeito com a devida antecedência.

Artigo 9.º

Cargas horárias

1. A carga horária total das acções sobre deontologia profissional serão definidas pelo Conselho Directivo Nacional ouvido o Conselho Jurisdicional e será igual para todos os Engenheiros Estagiários.
2. A carga horária e as acções de formação previstas no Artigo 8.º, serão definidas pelo Conselho Coordenador de Colégios (CCC).

CAPITULO III

Organização e controlo dos trabalhos de estágio

Artigo 10.º

Uniformização

1. Compete aos Conselhos Nacionais de Colégio (CNC) definir os parâmetros de realização dos trabalhos de estágio de modo a que este seja o mais uniforme possível para todos os Engenheiros Estagiários da mesma especialidade.
2. Os parâmetros indicados no número anterior são ratificados pelo CCC.

Artigo 11.º

Organização e controlo

A organização, controlo e avaliação dos estágios, incluindo a análise, aprovação dos relatórios e currículos e organização da entrevista é da responsabilidade dos Conselhos Regionais de Colégio (CRC).

Eliminado: trabalhos de

Artigo 12.º

Comissões de estágio

1. Nas Secções Regionais serão criadas pelos respectivos Conselhos Directivos (CD) Comissões de Estágio (CE) que exercerão, sob a direcção desses CD, as competências previstas no Artigo 11.º.
2. Nas Regiões os CDR podem propor aos CRC a criação de Comissões de Estágio para os coadjuvar(CRE).
3. No caso de os CD das Regiões e Secções Regionais verificarem que não existem na sua Região ou Secção, Membros Efectivos da Especialidade do Engenheiro-Estagário, disponíveis serão, nestes casos, as competências previstas no Artigo 11.º exercidas por quem o Presidente do CNC designar.

Eliminado: o

CAPITULO IV

Realização do estágio

Eliminado: Estágio formal

Artigo 13.º

Inscrição

1. A inscrição no estágio obedece às seguintes condições:
 - a) indicação do nome e local da entidade onde será realizado;

Eliminado: na modalidade de Estágio Formal

C

b) indicação da área e do programa do estágio, atendendo a recomendação de incidência do estágio prevista no número 2 do artigo 6º do Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ), caso exista;

Eliminado: ;

c) indicação de um Membro Efectivo da Ordem com mais de cinco anos de exercício profissional para Orientador do Estagiário o qual deve pertencer, de preferência, à mesma entidade e Especialidade do Estagiário;

Formatada: Esquerda

d) no caso do estágio ser realizado no estrangeiro o orientador deverá ser um Engenheiro reconhecido profissionalmente no País, com mais de cinco anos de exercício profissional, devendo pertencer, de preferência, à mesma entidade e Especialidade do Estagiário;

Eliminado: d

e) declaração de aceitação do Orientador.

2. A requerimento fundamentado do interessado, o Conselho Regional de Colégio (CRC) ou as CE no caso das Secções Regionais, pode dispensar alguns dos requisitos exigidos ao Orientador indicados nas alíneas c) e d) do número 1 deste artigo ou nomear outro Orientador.

Formatada: Justificado

3. A requerimento fundamentado do interessado, o CRC, ouvido o CRE ou a CE, pode aprovar áreas e programas de estágio que adaptem o disposto no artigo 6º do presente Regulamento às possibilidades concretas de realização do estágio no âmbito da Especialidade do interessado.

Eliminado: f

Artigo 14.º

Duração do estágio

Compete ao Conselho Nacional do Colégio da Especialidade definir a duração do estágio o qual, porém, não deve ser inferior a seis nem superior a 18 meses.

Eliminado: 2

Artigo 15.º

Mudança de Entidade ou Orientador

1. A requerimento fundamentado do interessado ou do Orientador o Conselho Regional de Colégio pode deferir a mudança de entidade e/ou Orientador, mantendo-se o período inicialmente fixado para o Estágio.

Eliminado: a modalidade de Estágio Formal e

2. O indeferimento do requerimento implica, caso o interessado não mantenha a situação inicial, o reinício do processo de realização do estágio.

Eliminado: realização de novo Estágio Formal ou a passagem a Estágio Curricular, de acordo com a escolha do interessado.

Artigo 16.º

Mudança de área e programa

O Conselho Regional de Colégio pode, a requerimento do interessado, aceitar a mudança de área e/ou do programa previsto na alínea b), do número 1, do Artigo 13.º.

Artigo 17.º

Transferência de Região

1. No caso de transferência do Engenheiro-Estagiário para outra Região ou Secção Regional, compete ao CRC para onde foi transferido, atendendo ao tempo de estágio já decorrido e aos condicionalismos de prestação do mesmo, decidir da continuação ou não do mesmo programa de estágio ou propor a realização de novo estágio indicando, neste caso, qual o tempo que o mesmo deve ter, considerando o estabelecido no artigo 14.º.

Eliminado: Estágio Formal

2. O processo previsto no Artigo 4.º transita para a Região ou Secção Regional actual, procedendo esta ao respectivo registo regional e emitindo novo Cartão de Identificação o qual, no entanto, deve manter a data de admissão.

Eliminado: E

3. As taxas, encargos e quotas pagas pelo Engenheiro-Estagiário na Região ou Secção de origem serão tidos em conta para efeitos de acerto de contas entre as Regiões e Secções.

Eliminado: Formal

Artigo 18.º
Prorrogação do estágio

1. A requerimento fundamentado do interessado o estágio pode ser prorrogado por duas vezes, não podendo, no entanto, o período total da prorrogação ultrapassar o dobro do período inicial fixado.
2. Compete ao Conselho Regional de Colégio apreciar e decidir do requerimento de prorrogação.
3. O indeferimento de prorrogação do Estágio Formal, caso o interessado não mantenha o período inicial implica o reinício do processo de realização do Estágio.

Eliminado: os 12 meses

Eliminado: .

Eliminado: a passagem a Estágio Curricular.¶

Artigo 19.º
Suspensão do estágio

1. A requerimento fundamentado do interessado o estágio pode ser suspenso.
2. Compete ao CDR aceitar as suspensões de estágio ouvido o respectivo Conselho Regional de Colégio ou, no caso das Secções Regionais, a respectiva CE.

Eliminado: Conselho Directivo Regional

Artigo 20.º
Contagem de tempo

1. O tempo de estágio começa a contar a partir da data da aprovação da inscrição como membro estagiário.
2. Consideram-se aprovados para efeitos de realização do estágio, a área, o programa e o Orientador que forem indicados pelo candidato se este não receber notificação em contrário no prazo de 20 dias após a entrega da documentação para admissão como membro estagiário.
3. O deferimento do requerimento previsto no número 1 do Artigo 15.º, conta para o cálculo do período total do estágio.

Eliminado: o local,

Eliminado: 3. Na passagem de Estágio Formal a Curricular conta o tempo do Estágio Formal, considerando-se todo o tempo decorrido como Estágio Curricular.¶

Eliminado: 4

Eliminado: efeitos de Estágio Formal.

Eliminado: 5. O tempo decorrido até à suspensão do estágio contará na totalidade para efeitos de Estágio Curricular e, se tiver decorrido mais de metade do tempo fixado para o Estágio Formal, o Conselho Regional de Colégio decidirá, aquando do seu reinício, tendo em conta as condições de prestação, da continuação do Estágio Formal.¶

Eliminado: que presta estágio formal,

Artigo 21.º
Deveres do Engenheiro Estagiário

Para além dos previstos no Estatuto da Ordem, nomeadamente na deontologia profissional o Engenheiro-Estagiário deve cumprir, também, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- a) participar nas acções de formação previstas e nas condições do Capítulo II deste Regulamento, bem como noutras que os Órgãos da Ordem considerem importantes para o estágio e sempre que, para o efeito, sejam notificados;
- b) colaborar com o Orientador sempre que este o solicite e desde que seja compatível com a sua actividade no estágio;
- c) guardar respeito e lealdade para com o Orientador;
- d) prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pelos Órgãos próprios da Ordem sobre o modo como está a decorrer o estágio;
- e) Cumprir com zelo e competência as suas obrigações para com a entidade onde está a prestar o estágio;
- f) apresentar o Relatório do Estágio, acompanhado do parecer do Orientador nos prazos determinados neste Regulamento.

Artigo 22.º
Função e deveres do Orientador

1. Compete ao Orientador encaminhar a actividade profissional do Engenheiro-Estagiário, no sentido de completar a sua preparação, aconselhando-o e informando-o sobre o exercício efectivo da profissão, e no cumprimento das respectivas regras deontológicas.

11

2. Ao Orientador cabe ainda apreciar a aptidão técnica, idoneidade ética e deontológica do Estagiário para o exercício da profissão.
3. No final do estágio o Orientador aporá o seu visto no respectivo relatório e elaborará o seu parecer sobre o desempenho do Estagiário.

Artigo 23.º Relatório do estágio

No final do estágio o Engenheiro-Estagiário apresentará um relatório descritivo das actividades desenvolvidas durante o estágio.

Artigo 24.º Avaliação do estágio

1. A avaliação do estágio é feita pelo CRC respectivo, com base no relatório apresentado pelo Engenheiro-Estagiário, no parecer do Orientador e, caso considerado necessário, numa entrevista pessoal.
2. Na Secções Regionais, a avaliação é feita pela CE.
2. No caso de avaliação negativa esta deve ser justificada indicando quais as lacunas ou deficiências do estágio.
3. No relatório de avaliação negativa deve ser marcado um prazo e as condições que o estagiário deve cumprir para suprir as lacunas ou deficiências apresentadas.
4. No caso do Estagiário não cumprir o indicado no número 3 deste artigo nem lhe for concedida prorrogação do prazo para o fazer, após devidamente notificado, deverá realizar novo estágio.

Artigo 25.º Registo Regional de Orientadores de Estágio

1. Os CDR, ouvidos os CRC ou as CE poderão constituir um corpo de Orientadores - Formadores, designado por Registo Regional de Orientadores de Estágio que, em articulação com os referidos CRC e CE, e sob a sua orientação, assegurem o acompanhamento de Estagiários, nomeadamente em situações onde na entidade onde se realiza o estágio não existam Engenheiros nas condições previstas no artº 13º do presente Regulamento.
2. O Registo Regional de Orientadores de Estágio será constituído por Membros com mais de cinco anos de inscrição, Membros Sénior ou Membros Conselheiros, preferencialmente com vocação para orientação de Engenheiros em início de actividade profissional.
3. O exercício da função de Orientador de Estágio previsto no artigo 13º e no presente artigo, releva para fins de enriquecimento curricular.

Artigo 26.º Função e deveres do Orientador-Formador

São aplicáveis, com as devidas adaptações, as normas previstas no Artigo 22.º.

Artigo 27.º Guia dos Estágios

A tramitação processual detalhada, auxiliar dos diversos intervenientes no processo de Estágio está descrita no "Guia de Estágios de Admissão à Ordem dos Engenheiros", objecto de proposta conjunta dos Conselhos Directivos Regionais e aprovado pelo Conselho Directivo Nacional. O Guia de Estágios será permanentemente difundido pelos meios de comunicação da Ordem dos Engenheiros.

Eliminado: s
Eliminado: s
Eliminado: e tema
Eliminado: eventualmente,
Eliminado: para o efeito, passará à modalidade de Estágio Curricular ou fará novo Estágio Formal, competindo-lhe optar por uma destas modalidades
Eliminado: .
Eliminado: CAPITULO V Estágio curricular¶
¶
Artigo 25.º . Inscrição¶
¶
Consideram-se inscritos na modalidade de Estágio Curricular todos os Engenheiros-Estagiários que não cumpram as condições previstas no Artigo 13.º.¶
¶
Artigo 26.º . Duração¶
¶
A duração do Estágio Curricular é de dois anos, porém, o CRC ou a CE podem, tendo em conta o currículo apresentado pelo Engenheiro Estagiário reduzir a sua duração que, em qualquer caso, não poderá ser inferior a um ano.¶
Eliminado: 7
Eliminado: -formador
Eliminado: RC ou as CE poderão propor aos CDR
Eliminado: a
Eliminado: cão
Eliminado: de
Eliminado: -Formadores
Eliminado: aqueles
Eliminado: os
Eliminado: .
Eliminado: 8
Eliminado: Artigo 29.º . Deveres do Engenheiro- ... [1]
Formatada: Justificado
Formatada: Justificado, Nível 1
Eliminado: Artigo 30.º . Mudança de modalidade ... [2]
Eliminado: Artigo 33.º . Avaliação do estágio¶ ... [3]

61

CAPITULO V,
Disposições finais

Eliminado: 1

Artigo 28.º
Actos de engenharia

Eliminado: 34

Os CNC, considerando a legislação em vigor, poderão definir quais os actos de Engenharia que os Engenheiros-Estagiários podem praticar.

Comentário [1]: O caso típico é a Portaria 1379/2009

Artigo 29.º
Finalidade da entrevista

Eliminado: 35

1. A entrevista tem carácter opcional e visará confirmar a apreciação do relatório de estágio e do parecer do Orientador em matéria de adequação da preparação deontológica e técnica do Engenheiro-Estagiário para o exercício da profissão.
2. O Orientador pode assistir à entrevista sem direito de voto.
3. Compete aos CRC indicar 1 ou 2 Membros Efectivos que irão proceder à entrevista.
4. Os Membros Efectivos indicados no número 3 têm de possuir mais de cinco anos de inscrição na Ordem, nessa qualidade.

Eliminado: traduzir-se-á num juízo de valor sobre a

Artigo 30.º
Prazo para entrega do relatório de estágio

Eliminado: 36

Eliminado: currículo

1. Após o final do estágio os Engenheiros-Estagiários têm de entregar o relatório e demais elementos previstos neste regulamento no prazo de dois meses.
2. A requerimento do interessado devidamente fundamentado, dirigido ao CRC, o prazo poderá, por este, ser prorrogado.

Eliminado: o currículo

Artigo 31.º
Prazo para avaliação dos estágios

Eliminado: 7

1. As avaliações dos estágios deverão ser feitas no prazo de dois meses após a entrega de todos os elementos necessários à avaliação.
2. O prazo previsto no número 1 deste artigo não se conta no período de 20 de Julho a 10 de Setembro.

Eliminado: seis semanas

Eliminado: 15

Eliminado: 5

Eliminado: 8

Artigo 32.º
Resultados da avaliação

Os resultados da avaliação deverão ser comunicados ao interessado, ao Orientador e ao CDR.

Artigo 33.º
Recursos

Eliminado: 39

1. Das decisões negativas de prorrogação e avaliação do estágio cabe recurso para o CNC.
2. Das deliberações do CNC não há recurso.
3. Das decisões negativas relativas a transferências de região e secção regional e de suspensões do estágio cabe recurso para o CNC que decide em última instância.

Artigo 34.º
Dispensa de estágio

Eliminado: 40

É dispensado de prestar estágio quem:

- a) comprovar que possui mais de cinco anos de experiência profissional e possua um currículo profissional que o Conselho de Admissão e Qualificação considere suficiente para tal;
- b) cumprindo as condições previstas na alínea a) deste artigo, tenha sido aprovado nas provas de admissão à Ordem.
- c) Requeira a dispensa ao Bastonário, nos termos do nº 2 do artigo 9º do RAO

Artigo 35.º

Inscrição como Membro Efectivo

1. O Engenheiro-Estagiário que obteve resultados positivos na avaliação do estágio tem direito à inscrição como Membro Efectivo a qual se deve efectuar no prazo de 60 dias.
2. Para o efeito previsto no número anterior deve o interessado satisfazer as condições que lhe forem comunicadas pela Ordem.

Artigo 36.º

Taxas

As taxas e encargos relativas à inscrição como Membro Estagiário, à avaliação do estágio e à inscrição como Membro Efectivo serão fixadas pelo CDN.

Artigo 37.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelo CDN.

Artigo 38.º

Entrada em vigor

Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia de Representantes e 30 dias após a divulgação pelos membros da Ordem e aplica-se a todos os novos Membros Estagiários.

Eliminado: Ir

Eliminado: b) cumprindo as condições previstas na alínea anterior, seja possuidor de uma licenciatura em engenharia reconhecida ou acreditada pela Ordem ou que possua habilitações consideradas equivalentes;¶

Eliminado: c

Eliminado: 41

Eliminado:

Eliminado: 42

Eliminado: 43

Eliminado: Artigo 44.º
Norma revogatória¶

¶
Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogados:¶

- a) o n.º 1 do Artigo 6.º do Regulamento de Admissão e Qualificação;¶
- b) As Normas Anexas ao Regulamento de Admissão e Qualificação na parte que concerne aos Estágios.¶

¶
Artigo 45.º
Revisão¶

¶
O presente Regulamento será revisto no prazo máximo de três anos.¶

¶
¶

Eliminado: 46

C

Artigo 29.º

Deveres do Engenheiro-Estagiário

1. São aplicáveis as normas previstas no Artigo 21.º.
2. O Engenheiro-Estagiário que presta estágio curricular, deve ainda enviar, anualmente, ao CRC ou à CE um relatório sucinto sobre os trabalhos de estágio.

Artigo**30.º**

Mudança de modalidade de estágio

A requerimento do interessado é permitida, a todo o tempo, a mudança para a modalidade de Estágio Formal.

Artigo**31.º**

Transferência de região, prorrogações e suspensões

São aplicáveis, com as devidas adaptações, as normas previstas nos artigos 17.º, 18.º e 19.º.

Artigo**32.º**

Contagem de tempo

São aplicáveis as normas previstas no Artigo 20.º.

Artigo 33.º

Avaliação do estágio

1. A avaliação é feita pelo CRC com base nos relatórios anuais, no currículo do Engenheiro-Estagiário, no parecer do Orientador-Formador se este estiver nomeado e numa entrevista pessoal.
2. São aplicáveis as normas previstas nos números 2 e 3 do Artigo 24.º.